

A ressaca do desemprego no Rio

 epoca.globo.com/economia/noticia/2018/01/ressaca-do-desemprego-no-rio.html

A engenheira química Márcia Filippo, de 57 anos, enfrentou os altos e baixos da área desde que se formou, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), em 1983. A carioca superou duas décadas de poucos projetos, entre 1980 e 1990, e viveu anos de prosperidade depois de 2000, quando a economia brasileira estava bombando e o preço dos produtos de exportação do país estavam nas alturas. Ao longo de 34 anos de carreira, especializou-se em serviços para a Petrobras por meio de empresas terceirizadas. O último grande contrato com a estatal foi para a elaboração de um projeto de duas plataformas na Bacia de Santos em 2013. Um ano depois, a Polícia Federal deflagrou a Operação Lava Jato e, a partir daí, a vida de Márcia mudou.



Devido à interrupção de investimentos pela Petrobras, a carioca foi demitida, em novembro de 2015. Não voltou a ter emprego de carteira assinada. Para não ficar parada, resolveu trabalhar por conta própria – tendência vista no resto do país – com uma empresa de consultoria, que presta serviços indiretos para a Petrobras. Diferentemente de um passado recente, no entanto, acabaram as grandes obras. “O que há hoje são serviços pequenos, pontuais, como melhorias e reformas em plataformas já existentes”, diz. “A engenharia no Brasil, e sobretudo no Rio, está muito ligada à saúde da Petrobras. Depois que as empreiteiras entraram no alvo da Lava Jato, as que participavam de consórcios também entraram em escrutínio.”

>> O Rio de Janeiro na mira dos fuzis

No Brasil, o desemprego começou a desacelerar: passou de 13,7% no primeiro trimestre de 2017 para 12,4% no terceiro, diz o IBGE. No estado do Rio, porém, a taxa de desemprego ficou estagnada e não registrou melhoras. Em ambos os períodos, ficou em 14,5%, com um pico de 15,6% no segundo trimestre. Três principais agravantes explicam a situação mais precária do mercado de trabalho fluminense: os efeitos da Lava Jato nos setores de óleo e gás e da construção civil (com peso relevante na economia local), a crise fiscal estadual e a ressaca dos Jogos Olímpicos de 2016. No país, o mercado de trabalho começou a se deteriorar em 2015. Por causa da avalanche de investimentos que antecederam as Olimpíadas, a crise não bateu com a mesma intensidade no Rio. Agora, esse mesmo descompasso está se repetindo. Enquanto a economia do restante do país melhora, a ressaca no Rio está se estendendo.

>> O que o Nobel de Economia ensina à prefeitura do Rio de Janeiro

Entre as capitais com mais de 1 milhão de habitantes, o Rio de Janeiro teve o maior número de demissões no ano passado. De novembro de 2016 a novembro de 2017, os desligamentos superaram as contratações em mais de 72 mil vagas, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho. “A crise fluminense começou na periferia, nos municípios do interior e demorou a chegar à capital”, diz o economista **Marcelo Neri**, diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social). “Mas uma vez cessado o esforço olímpico, e com a piora da crise do estado, maior que a crise do país, todos os problemas vieram à tona.”

A ressaca econômica no rio está se prologando. Uma das causas é o efeito da lava jato na petrobras

A crise do setor de óleo e gás foi o prenúncio da penúria. Os trabalhadores sentiram o impacto no bolso. A engenheira química Aline Marcondes, de 35 anos, trabalhou de 2010 a 2016 em uma terceirizada da Petrobras. Após ser demitida, topou ser recontratada por outra companhia no ano passado para exercer a mesma função, mas por um salário 40% menor. “Tive de aceitar para retornar ao mercado. Tenho colegas que ganhavam R\$ 20 mil e toparam um salário de R\$ 3 mil para voltar a trabalhar”, diz. A renda média per capita na capital, considerando a população (incluindo quem não trabalha), caiu de R\$ 1.786 no último trimestre de 2016 para R\$ 1.620 no último trimestre do ano passado. O pico de renda (R\$ 1.875) foi atingido no segundo trimestre de 2016, às vésperas da Olimpíada.

Graças ao crescimento nos meses anteriores aos jogos, o Rio teve, nesse período, o melhor desempenho entre as capitais brasileiras em termos de crescimento de renda. “Os resultados de 2016 estavam inflados”, diz Thais Zara, economista-chefe da Rosenberg Associados. “A queda que está acontecendo agora é uma volta ao estágio anterior ao boom da Olimpíada.” Zara ressalta o desempenho ruim do mercado de trabalho carioca nos setores de construção civil, serviços e alimentos. A baixa veio com a queda do investimento privado e também do público.

A falência do estado travou investimentos públicos e inibiu o consumo das famílias, com reflexos negativos no mercado de trabalho. A arrecadação de impostos caiu, assim como os recursos obtidos com os royalties do petróleo. Desde 2012, o estado termina com as contas no vermelho, sufocadas, sobretudo, pelos gastos com fundos de aposentadorias e

pensões dos servidores. Em estado de calamidade pública desde junho de 2016, a previsão é que as despesas superem as receitas em cerca de R\$ 10 bilhões neste ano. No dia a dia, a crise se reflete na vida dos cidadãos em setores como saúde, educação e segurança pública.

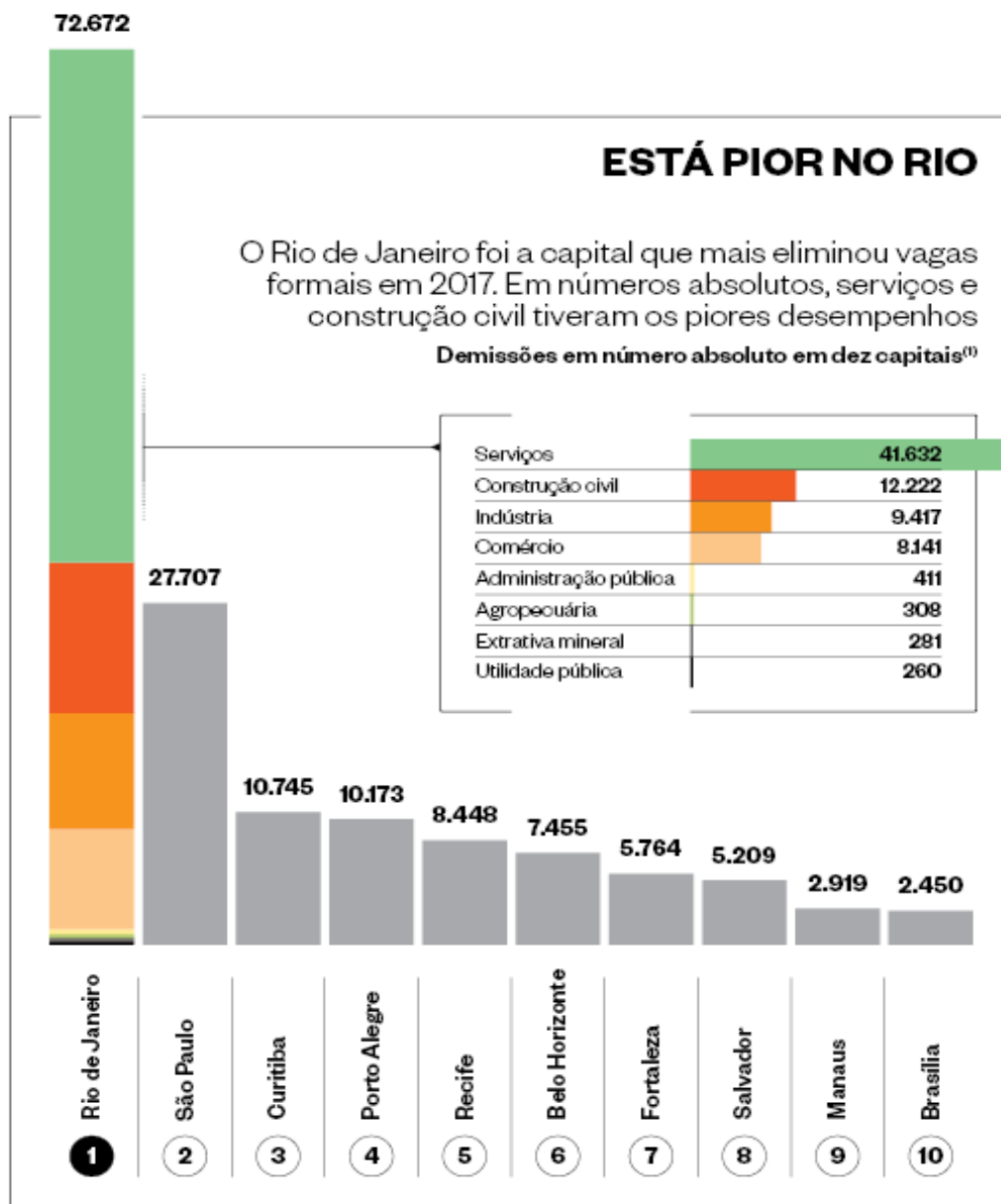
Sem dinheiro em caixa, e com a estrutura inchada, as estatais fluminenses cortaram projetos e enxugaram equipes. Essa mesma regra foi seguida pelos órgãos federais que mantêm forte presença no Rio, antiga capital do país. A engenheira civil Fernanda Costa, de 41 anos, trabalhava em uma empresa terceirizada dentro da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), ligada ao Ministério da Saúde. Foi demitida depois que a empresa em que atuava reduziu pela metade, de oito para quatro, o quadro de funcionários dedicados ao projeto. O alvo principal foram os maiores salários, como o de Fernanda, que tem 20 anos de experiência. “Acredito que, hoje, vivo a pior crise como profissional da construção civil desde que estou formada”, diz. Ela espera que o mercado de trabalho melhore depois das eleições presidenciais deste ano. Enquanto o horizonte segue nebuloso, ela dá palestras em universidades e pensa em concluir um mestrado para ser professora universitária. “Não posso ficar sem trabalhar.”



O exemplo de Fernanda ilustra como os “bicos” aumentaram como compensação da queda do emprego formal. “Vemos hoje uma migração de mão de obra para o trabalho informal, vinda de lugares como restaurantes. Há um alto grau de informalidade no Brasil, e, no Rio, ainda mais”, diz Ricardo Macedo, professor do Ibmecc. Como agravante, além do problema do desemprego, o Rio enfrenta o problema da falta de mão de obra, diz Neri, da FGV Social. “Há um envelhecimento da população. Na cidade do Rio, o bônus demográfico (quando há, proporcionalmente, um maior número de pessoas em idade ativa aptas a trabalhar) chegou ao fim em 2016. No resto do país, isso só deverá acontecer em 2023”, diz.

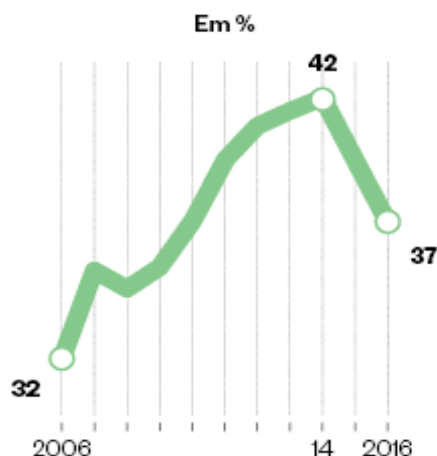
Incertezas geradas pelas eleições deste ano não ajudam a destravar os investimentos

É difícil reverter esse cenário dramático a curto prazo. As incertezas políticas geradas pelas eleições não ajudam a destravar os investimentos. A dependência do Rio em relação ao mercado de petróleo, cheio de oscilações, é outro complicador. O setor do turismo, grande absorvedor de mão de obra, poderia catalisar uma retomada, mas a crise na segurança pública embaraça essa perspectiva. Uma solução dos problemas do Rio só virá com as contas públicas em ordem e uma visão estratégica que leve a uma nova cultura na gestão dos recursos públicos. “Nossos políticos são muito precários na parte de gestão tecnológica. Prevalcem os objetivos imediatistas e falta um planejamento estratégico de longo prazo”, diz Gerardo Portela, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No Rio, o pior ainda não passou.

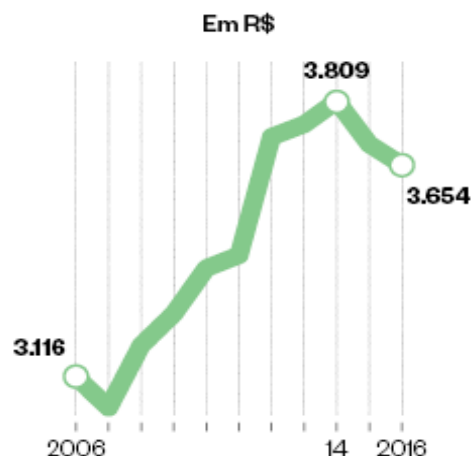


EMPREGO E RENDA EM QUEDA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

O número de empregados com carteira assinada em relação ao total da população caiu



O salário médio recebido pelos trabalhadores formais também teve queda



(1) Dados acumulados em 12 meses até novembro

Fontes: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e FGV Social com dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho

